



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA – EDTM
DEPARTAMENTO DE DIREITO – DEDIR



DIREITO CONSTITUCIONAL 2

Professora Tatiana Ribeiro de Souza¹

CRONOGRAMA DAS AULAS DE 2017/1

MÊS	DIA	CONTEÚDO
MAIO ²	04	A Organização dos Poderes na Constituição de 1988. Princípio da separação dos poderes.
	05	Poder Legislativo: Funções. Congresso Nacional. Assembleia Legislativa. Câmara dos Vereadores.
	11	Sistema bicameral. Organização. Câmara dos Deputados. Sistema proporcional. Organização. Senado Federal. Sistema majoritário. Organização interna das Casas Legislativas.
	12	Estatuto dos Congressistas
	18	Função Fiscalizatória. As Comissões Parlamentares de Inquérito
	19	Função Legiferante. Processo Legislativo. Noções básicas. Procedimento Ordinário
	23	Processo Legislativo. Procedimentos Especiais. Emenda Constitucional. Lei Complementar. Lei Delegada. Medida Provisória. Decreto Legislativo. Resolução
	25	Poder Executivo. Organização e Competências. Decreto Regulamentar e Decreto Autônomo. Princípio da Administração Pública
26	Realização de exercício sobre o Poder Legislativo	
JUNHO	01	Responsabilidade do Presidente da República. Crimes Comuns e de Responsabilidade
	02	Processo de <i>Impeachment</i>
	08	Responsabilidade do Chefe do Executivo nos Estados e Municípios.
	09	Poder Judiciário: Organização. Competências
	22	Estatuto da Magistratura
	23	Supremo Tribunal Federal. Competências. Súmula Vinculante
	29	AVALIAÇÃO 1
30	Devolução e correção da Avaliação 1	
JULHO ³	06	Conselho Nacional de Justiça
	07	Superior Tribunal de Justiça. Justiça Federal. Justiça do Trabalho. Justiça Eleitoral. Justiça Militar. Justiça Comum Estadual
	12	Funções Essenciais à Justiça: Ministério Público. Organização e Competências
	13	Funções Essenciais à Justiça: Advocacia Pública. Advocacia Privada. Defensoria Pública.
	14	Controle de Constitucionalidade: Histórico. Modalidades. Histórico no Brasil

¹ Professora Adjunta do Departamento de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto – DEDIR e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais – GEPSA. Mestre em Ciências Sociais e Doutora em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: tati.rib@hotmail.com

² As aulas dos dias 23 a 26 de maio serão substituídas, conforme horário a ser combinado com a turma.

³ As aulas do dia 20 e 21 de julho serão repostas no dia 22/08, das 13:30 às 17:10.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA – EDTM
DEPARTAMENTO DE DIREITO – DEDIR



	20	Controle Difuso de Constitucionalidade. Incidente de Inconstitucionalidade. Recurso Extraordinário
	21	Controle Concentrado de Constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Leis Federais 9.868/1999 e 9.882/1999. Controle Concentrado nos Estados-membros.
	27	Efeitos das decisões. Efeito vinculante e <i>erga omnes</i> . Efeitos temporais. Modulação temporal. Modalidades de decisão (sentenças intermediárias).
	28	Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: Estado de Defesa
AGOSTO	03	Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: Estado de Sítio
	04	Princípios da Ordem Tributária.
	10	Princípios da Ordem Econômica.
	11	Princípios da Ordem Social
	17	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
	18	AVALIAÇÃO 2
	24	Devolução e correção da Avaliação 2
	25	Conferência de notas e faltas – atendimento
	31	EXAME ESPECIAL